



Davi cancela trecho de MP sobre demarcação de terra indígena

A impugnação da transferência da competência para demarcação de terras indígenas da Funai para o Ministério da Agricultura foi anunciada ontem pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre. O restante da MP em que estava a determinação continua a tramitar. **2**



Randolfe Rodrigues (D) apresentou questão de ordem que levou à decisão sobre a MP

Senado vota hoje posse de arma em área rural

Texto permite ao morador de área rural circular armado por toda a propriedade, e não apenas na sede. Ontem, o governo revogou decreto editado em maio sobre posse e porte de armas e busca entendimento com o Congresso sobre o assunto

O Plenário pode votar hoje projeto que trata da ampliação da posse de armas de fogo em propriedades rurais. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou acordo para que o texto seja votado pela manhã na Comissão de Constituição e Justiça e à tarde no Plenário.

Do senador Marcos Rogério, o projeto garante ao morador de áreas rurais o direito de circular com a arma, sem autorização de porte, por toda a propriedade, e não apenas dentro de casa.

Davi elogiou ainda a decisão do governo federal de revogar o decreto sobre armas editado em maio e informou que senadores preparam projeto sobre outros pontos constantes do decreto. **3**



Para Davi Alcolumbre, governo teve humildade de vir ao Senado propor alternativa para o decreto

Será promulgada hoje emenda do orçamento impositivo 2

Avança projeto que valoriza profissionais da educação básica 8

Para ministro, programa de gás vai ampliar concorrência 7

Capitalização está sendo revista, diz diplomata chileno em debate 4

País terá novos embaixadores em Portugal e na França 3

Texto com novas regras sobre queijo artesanal vai à sanção



Seguem para sanção novas regras para a produção e a venda de queijos artesanais. O projeto reduz a burocracia para que pequenos produtores possam oferecer o produto em todo o território nacional. O texto considera artesanal o queijo elaborado a partir de métodos tradicionais e com leite da própria fazenda. **3**

O senador Lasier Martins foi o relator da proposta na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Parecer preliminar à LDO é aprovado em comissão

Foi aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento o parecer preliminar do relator, deputado Cacá Leão, ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020.

O presidente da CMO, senador Marcelo Cas-

tro, informou que o prazo para apresentação de emendas será aberto hoje e vai até quinta-feira da próxima semana. Após a análise das emendas, o parecer será novamente votado pela comissão. **5**



O relator, Cacá Leão, ao lado do presidente da comissão, senador Marcelo Castro, que abre hoje o prazo para emendas

Empresas vão operar ferrovias, afirma ministro

O ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, disse ontem que o governo pretende expandir a malha permitindo às empresas ter as próprias ferrovias, com garantia de perpetuidade. **7**

Leis pró-animais precisam ser rígidas, aponta debate

Especialistas ouvidos ontem na Comissão de Meio Ambiente pediram soluções práticas para tirar o Brasil da lista dos países com o maior número de espécies ameaçadas de extinção. **8**

Especialistas divergem sobre alienação parental

Em debate na Comissão de Direitos Humanos, o projeto que revoga a Lei da Alienação Parental gerou polêmica. Para alguns, a lei foi mal feita. Para outros, ela garante a convivência com os pais. **6**

Davi cancela trecho de MP sobre demarcação de terra

Medida provisória editada no dia 18 devolve ao Ministério da Agricultura a demarcação de terras indígenas, competência que o Congresso havia transferido para a Funai em MP aprovada no fim de maio

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, comunicou a impugnação e a consequente devolução ao presidente da República, Jair Bolsonaro, do trecho da Medida Provisória 886/2019 que transferiu da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Agricultura a demarcação de terras indígenas. O restante da MP continuará a tramitar normalmente. O anúncio ocorreu ontem durante a sessão deliberativa do Plenário.

Com isso, o trecho cancelado será considerado não inscrito na Lei 13.844, de 2019, que estabelece a organização básica do Poder Executivo. Também retornará à Funai, ligada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, a competência para tratar de reforma agrária, regularização fundiária de áreas rurais, Amazônia Legal e terras quilombolas.

O presidente do Senado, que também preside a Mesa do Congresso, afirmou que o trecho cancelado é igual ao que já havia sido rejeitado pelo Parlamento quando da votação da MP 870/2019. Por isso, contrariava o artigo 62



Davi explica que o trecho da medida foi cancelado por ferir a Constituição

da Constituição, que proíbe a reedição na mesma sessão legislativa de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido a eficácia por decurso de prazo. Para Davi, os parlamentares já decidiram que a demarcação de terras indígenas deve ficar no Ministério da Justiça.

Para fazer a impugnação, ele explicou que estava lançando mão de competências do presidente do Senado previstas no Regimento Interno da Casa: velar pelo respeito às prerrogativas do Senado e impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis, ou ao próprio regimento.

— Promoveu-se grave ofensa ao texto constitucional, pelo qual é meu dever zelar — disse Davi.

A decisão foi elogiada por senadores, entre eles Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que apresentou a questão de ordem que levou à decisão, Alessandro Vieira (Cidadania-SE), Humberto Costa (PT-PE) e Telmário Mota (Pros-RR).

— Vossa Excelência é, neste momento, homenageado pela Constituição, a qual espero que o senhor presidente da República aprenda a seguir. Homenageado também pelos povos indígenas do país — disse Randolfe a Davi.

Indicações para conselho do Ministério Público vão a Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem as indicações de Dermeval Farias Gomes Filho, Sebastião Vieira Caixeta, Marcelo Weitzel Rabello de Souza e Luciano Nunes Maia Freire para serem reconduzidos ao Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2019–2021. As quatro indicações ainda serão analisadas pelo Plenário.

Os indicados responderam a perguntas sobre reforma trabalhista, corrupção e cobertura da mídia a assuntos relacionados ao MP.

Gomes Filho enfatizou a importância da cobrança da sociedade para o aprimoramento do órgão. Caixeta afirmou que é preciso preservar a imagem do Judiciário e do Ministério Público. Souza falou sobre a necessidade de atualização da lei que trata do abuso de autoridade, já que o país, o MP e a tecnologia mudaram. Freire destacou que é preciso encontrar formas de controlar o número de ações penais.

Antônio Anastasia (PSDB-MG) elogiou a competência dos indicados.

Medida provisória sobre passagens será analisada hoje

Foi suspensa ontem a votação do relatório à medida provisória que dispensa os órgãos públicos federais de reter na fonte os tributos que incidem sobre as passagens compradas das companhias aéreas por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal, o cartão corporativo. A retomada da reunião da comissão que analisa a Medida Provisória 877/2019 deve ser feita hoje.

Parlamentares pediram vista coletiva, já que alguns pontos ainda precisavam de acordo. O senador Elmano Férrer (Podemos-PI) preferiu não fazer a leitura do relatório, que deve sofrer modificações antes da votação. Ao todo, foram apresentadas 11 emendas.

A dispensa de retenção não significa isenção, mas que o pagamento não será antecipado aos cofres públicos.

Morre Rogério Couto, editor do Portal Senado Notícias

O Portal Senado Notícias, da Secretaria Agência e Jornal do Senado (Sajs), perdeu o editor Rogério Soares Couto, morto no domingo, em São Paulo, após um ataque cardíaco. O jornalista trabalhava no portal desde setembro de 2015.

A diretora da Secretaria de Comunicação do Senado (Secom), Angela Brandão, expressou os sentimentos e preces à família e amigos.

— Pela segunda vez neste ano perdemos prematuramente um colega da Secom. Um sujeito jovem, competente, gentil. Foi sem aviso, desafiando o que a gente cisma que é a ordem natural das coisas — disse Angela, referindo-se também ao falecimento, em 4 de março, da jornalista da Rádio Senado Larissa Bortoni. Diretor da Sajs, Flávio Faria resumiu o sentimento dos colegas da redação.

— Era um colega muito competente e, apesar de discreto e reservado, dono de um humor fino, além de muito criterioso na edição e sempre colaborativo.

Congresso promulga emenda do orçamento impositivo

O Congresso Nacional se reúne hoje, às 11h, em sessão solene para promulgar a Emenda Constitucional 100, que prevê a execução obrigatória de emendas das bancadas estaduais no Orçamento da União. Segundo a nova regra, as emendas deverão ser atendidas pelo Executivo até um valor-limite

vinculado à receita líquida e estarão sujeitas a contingenciamento de gastos. A Emenda 100 é originária da PEC 34/2019, do deputado Hélio Leite (DEM-PA). O texto passou pelo Senado em abril e foi aprovado este mês na Câmara, na forma de substitutivo do relator no Senado, Esperidião Amin (PP-SC).

Simone: proibição de indicação política não deve ser vetada

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (MDB-MS), fez ontem, em Plenário, um apelo para que o presidente da República, Jair Bolsonaro, não vete a proibição de indicações políticas nas agências reguladoras. A regra está no PLS 52/2013, aprovado em maio pelo Senado.

— Se ele vetar, creio que é dever desta Casa, o quanto antes, derrubar esse veto

— disse a senadora, que relatou o texto na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional em 2016.

O governo já indicou que deve vetar partes do texto, que traz medidas para garantir autonomia e transparência às agências e evitar interferência da iniciativa privada no setor econômico regulado. Prevê também elaboração de lista tríplice para escolha de conselheiros, diretores e presidentes das agências.

Em declaração recente sobre o projeto, o presidente afirmou que parlamentares querem transformá-lo em “rainha da Inglaterra”, ou seja, deixá-lo sem poderes de fato. Para Simone, Bolsonaro comete um equívoco, pois o texto impede que cargos sejam usados para barganhar a aprovação de projetos relevantes para o país. Vetar o texto, segundo a senadora, iria contra o que ele prometeu durante a campanha eleitoral.



Presidente da CCJ pediu que o possível veto seja derrubado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Treinador de futebol**
9h Após 13 itens, audiência para discutir o PLS 369/2015, que trata da exigência de graduação em educação física para o exercício da profissão de treinador profissional de futebol.
- CCT/CAE Criptoativos**
9h Debate sobre a regulação do mercado de criptoativos no Brasil.
- CDR Preços da Petrobras**
9h Debate sobre a política de preços dos combustíveis pela Petrobras.
- CCJ Medidas anticorrupção**
10h Entre 26 itens, o PLC 27/2017 que fixa medidas de combate à corrupção.
- CRE Indicação para a Abin**
10h indicação de Alexandre Ramagem Rodrigues para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência.

- CRA Energia eólica e solar**
11h Audiência para instruir o PLS 384/2016, que estimula exploração de energia eólica e solar.
- SESSÃO SOLENE Centésima emenda**
11h Promulgação da Emenda Constitucional 100/2019, que obriga a execução orçamentária de emendas de bancada.
- CE Renovação do Fundeb**
14h Audiência para discutir o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica.
- MP 881/2019 Redução de burocracia**
14h Audiência pública.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Projetos sobre posse e porte de armas de fogo estão na pauta.
- MP 877/2019 Compra de passagens**
14h30 Análise do relatório.
- MP 882/2019 PPI**
14h30 Instalação e eleição.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Texto sobre arma em área rural deve ser votado hoje

Plenário pode analisar projeto que amplia a posse, permitindo ao morador sem porte circular armado por toda a propriedade, e não apenas em casa. Presidente do Senado destacou entendimento com o governo

O SENADO PODE votar hoje, em Plenário, projeto que trata da ampliação da posse de armas de fogo em propriedades rurais, segundo anunciou o presidente da Casa, Davi Alcolumbre. O acordo é votar o projeto pela manhã na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e à tarde em Plenário. Pelo PL 3.715/2019, do senador Marcos Rogério (DEM-RO), o morador dessas áreas poderá ser autorizado a circular com a arma em toda a propriedade e não apenas dentro de casa, dispensando, para isso, autorização para o porte.

— O projeto estende a posse a todo o perímetro da propriedade — disse Davi.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS), presidente da CCJ, se comprometeu a colocar o texto na pauta. O relator na CCJ será o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Davi informou ainda que Marcos Rogério, Alessandro Vieira e Major Olimpio (PSL-SP) estão trabalhando em um projeto que abrange vários pontos relativos às armas. Quando ficar pronto, esse texto, segundo o presidente do Senado, terá prioridade na tramitação.

Alessandro também informou que deve apresentar hoje outro projeto sobre o tema, com pontos do decreto sobre comercialização, posse e porte de armas editado em maio e revogado ontem pelo presidente Jair Bolsonaro, e contribuições recebidas de

movimentos contra ou a favor da flexibilização do uso de armas. A intenção do senador é de que, posteriormente, o texto seja debatido em audiências públicas na CCJ.

Revogação

O presidente do Senado elogiou a decisão do governo de revogar o decreto editado em maio (Decreto 9.785).

— O governo teve a humildade de vir ao Senado e apresentar uma alternativa — disse Davi.

Ontem, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e o da Secretaria-Geral da Presidência da República, Jorge Oliveira, visitaram o Senado e a Câmara dos Deputados para tratar da questão das armas.

Além da revogação do decreto de maio, Onyx anunciou a edição de três outros decretos a partir de entendimento com a Câmara e o Senado.

Bolsonaro também vai encaminhar à Câmara um projeto de lei com urgência constitu-

cional sobre o porte de armas para cidadãos.

— Vem sendo construído um entendimento entre o Poder Executivo e o Legislativo no que diz respeito à questão que envolve a posse e o porte de armas e os CACs [caçadores, atiradores e colecionadores] — explicou o ministro.

O primeiro dos três novos decretos editados pelo governo refere-se à posse de armas de fogo e de munição com todas as normas já apresentadas em decretos anteriores.

Um segundo decreto trata de registro, cadastro e aquisição de armas e de munições por CACs.

O terceiro e último é a reedição de decreto de 2004 relativo ao porte de armas.

A intenção é não deixar um vácuo legal enquanto Câmara e Senado analisam com urgência o projeto de lei do Executivo.

Onyx também destacou a decisão do Senado de votar hoje a proposta sobre posse de armas de fogo em propriedades rurais.



Paulo Rocha, Marcos do Val, Alessandro e Marcos Rogério em Plenário

Aprovados embaixadores para Portugal e França

O Plenário aprovou ontem as indicações de dois diplomatas para o comando de embaixadas brasileiras no exterior. Carlos Alberto Simas Magalhães foi nomeado embaixador em Portugal, e Fernando de Andrade Serra foi escolhido para a embaixada na França e, cumulativamente, no Principado de Mônaco.

Magalhães ingressou na carreira diplomática em 1974. Atualmente é o embaixador brasileiro em Assunção, Paraguai. Em sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), no dia 19, o diplomata defendeu investimentos no consulado em Portugal, diante da mudança no perfil da migração brasileira no país.

— Nós tivemos muita gente de poucos recursos, que num primeiro momento migrava para Portugal na busca de novas oportunidades. Hoje em

dia temos muitos aposentados brasileiros, temos classe média e média-alta, também se deslocando — explicou.

Com relações internacionais consolidadas, Brasil e Portugal ainda podem ampliar o intercâmbio comercial, que, segundo o governo, ainda está aquém das possibilidades. As trocas comerciais haviam caído de US\$ 2,8 bilhões para US\$ 1,3 bilhão no período 2011-2016, mas voltaram a crescer em 2017, atingindo US\$ 2,2 bilhões.

Mercosul e Europa

Já Fernando de Andrade Serra ingressou na diplomacia em 1972 e atualmente é embaixador na Coreia do Sul. Na sabatina na CRE, defendeu que o Mercosul faça acordos com o Reino Unido, no caso de saída da nação da União Europeia (Brexit).

— Não sei se é o Brexit é inevitável, mas, se for consumado, o Mercosul deveria iniciar rapidamente as negociações para um acordo comercial com essa Grã-Bretanha separada da União Europeia.

O intercâmbio comercial com a França é sólido e diversificado, disse. A corrente de comércio elevou-se de algo em torno de US\$ 3 bilhões, no começo do século, para o recorde histórico de US\$ 10,02 bilhões, em 2012. Em 2018, a corrente de comércio bilateral voltou a crescer, tendo se expandido cerca de 10,3%, para US\$ 6,56 bilhões. O saldo comercial continuou deficitário para o Brasil, em US\$ 1,32 bilhão. Os principais grupos de produtos exportados em 2018 foram: resíduos alimentares (farelo de soja e outros), minérios, pastas de madeira, e máquinas mecânicas.

Aprovadas novas regras para produção e comercialização de queijo artesanal

O Senado aprovou ontem novas regras para a produção e a venda de queijos artesanais. O projeto reduz a burocracia para oferta do produto em todo o território nacional. O PLC 122/2018 tramitou em regime de urgência e segue para sanção.

O texto, dos deputados Alceu Moreira (MDB-RS) e Zé Silva (SD-MG), considera artesanal o queijo elaborado a partir de métodos tradicionais e com leite da própria fazenda. Ainda de acordo com a proposta, o queijeiro artesanal deve preservar a cultura regional na elaboração do alimento, empregar técnicas tradicionais e observar um protocolo específico para cada tipo e variedade.

O projeto permite a produção de queijo a partir do leite cru, que não passa por processo de pasteurização ou esterilização. O produtor é responsável pela identidade, qualidade e segurança sanitária do queijo e deve cumprir as exigências estabelecidas pelo poder público. O projeto não considera artesanal o queijo elaborado em indústrias de laticínios, mesmo que o poder público autorize o uso das expressões “artesanal” ou “tradicional” no rótulo do produto.

Para Lasier Martins (Podemos-RS), relator na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a proposta aprovada eliminará o des-

carte de leite próprio para consumo, atestado por autoridades sanitárias, mas sem a autorização do Serviço de Inspeção Federal (SIF).

— Com a nova lei, o produtor local de queijo artesanal poderá vender sua produção no mercado interno e competir com o mercado de queijos importados e elaborados a partir do leite não pasteurizado do produtor estrangeiro, para o qual não são cobradas exigências adicionais.

Acordo

O líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), disse que, por um acordo com as lideranças do Congresso, o governo vai vetar alguns itens, como a definição de um protocolo de elaboração para cada tipo e variedade de queijo artesanal e a definição da competência do poder público estadual para identificar as variedades produzidas em cada estado.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) lamentou o fato de o queijo artesanal mineiro ter sido impedido durante tanto tempo de ser comercializado de forma ampla.

— A gente podia comer queijos artesanais da França e não podia comer um queijo artesanal do Brasil. Esse projeto é uma extraordinária correção de rumos — afirmou a senadora Kátia Abreu (PDT-TO).

Votação de PEC que reduz burocracia em cidades pequenas deve ocorrer hoje

O Plenário do Senado adiou a votação em segundo turno da proposta de emenda à Constituição que simplifica a burocracia fiscal e tributária em pequenos municípios. A PEC 57/2016 deve ser analisada hoje e, se aprovada, seguirá para a Câmara dos Deputados. Fruto do trabalho da Comissão de Juristas da Desburocratização (2015-2017), a PEC busca simplificar as exigências fiscais e tributárias dirigidas a microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente em municípios menores.

O líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), apresentou uma emenda para votar separadamente o principal dispositivo da proposta, que prevê uma lei complementar para definir o conceito de “pequeno município”. Essa lei disporia sobre normas diferenciadas e simplificadas relativas a balancetes e prestações de contas, inclusive as relativas a convênios de cooperação técnica e financeira com

outros entes federativos.

O líder do MDB, senador Eduardo Braga (AM) pediu mais um dia para análise.

Outras três PECs passaram por novas rodadas de discussão nesta terça-feira. Uma delas, a PEC 6/2018, que restringe as possibilidades de perda de nacionalidade brasileira, encerrou o ciclo de cinco sessões de debate antes da votação em primeiro turno. Porém, ela recebeu uma emenda em Plenário, apresentada por Fernando Bezerra, e precisará voltar para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A PEC 17/2019, que inclui a proteção de dados pessoais entre as garantias individuais protegidas pela Constituição, teve sua quarta sessão de discussão. Resta apenas uma para que ela possa ser votada em primeiro turno. A PEC 51/2019, que amplia a fatia da arrecadação destinada ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), passou pela segunda sessão de discussão, também em primeiro turno.

Audiência avalia reforma da Previdência de Chile e Grécia

Embaixador chileno relatou que a adoção do sistema de capitalização deixou as pensões e aposentadorias muito baixas, e o grego disse que a abolição de aposentadorias especiais gerou desemprego e emigração

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) promoveu ontem debate sobre a reforma da Previdência Social com o subsecretário de Política Macroeconômica do Ministério da Economia, Vladimir Teles, e com os embaixadores da Grécia e do Chile, que apresentaram os modelos de reforma previdenciária em seus países, experiências que podem vir a ser úteis no debate brasileiro.

A proposta de reforma em tramitação na Câmara dos Deputados (PEC 6/2019) é urgente para superar os problemas de fluxos de caixa enfrentados pelo Tesouro Nacional, segundo Teles. Ele apontou que o déficit da Previdência Social se aproxima de R\$ 300 bilhões por ano e que a Previdência é o gasto obrigatório que mais consome recursos no Orçamento da União, limitando os investimentos discricionários.

— Se cortarmos todos os gastos discricionários, alcançamos algo entre R\$ 80 bilhões a R\$ 90 bilhões. Ou seja, o país está gastando no lugar errado. Os gastos discricionários são extremamente relevantes. Ali estão os investimentos em infraestrutura e outros setores da economia real ou com impacto social. Por exemplo, a aquisição de remédios para hospitais e de livros didáticos para as escolas — garantiu.

Teles também advertiu que sob os critérios do Fundo Monetário Internacional (FMI), a proporção da dívida sobre o



Entre os embaixadores chileno e grego, Bittar comanda audiência pública

PIB no Brasil já alcança 88%, o segundo maior índice entre as economias emergentes. De acordo com o subsecretário, caso a reforma da Previdência não aconteça, em 2023 a relação dívida-PIB passará de 100% e o país viverá “mais uma brutal recessão”.

Teles disse que o Japão — que também estuda a reforma de seu sistema — dispense 9,4% do PIB com aposentadorias para 27,4% de sua população, hoje idosa. Já o Brasil gasta 13,1% do PIB com benefícios previdenciários, tendo 8,6% de idosos.

O embaixador do Chile no Brasil, Fernando Schmidt, disse que seu país trabalha hoje na correção de distorções do modelo atual de previdência, baseado na capitalização, o que constava da proposta original apresentada pelo governo do presidente Jair Bolsonaro. Schmidt explicou que a capitalização resultou num número expressivo de aposentadorias e pensões com “valores muito baixos”, resultado também do

aumento da expectativa de vida. Ele informou que a atual reforma busca aumentar a participação estatal e empresarial no financiamento do sistema.

Já o embaixador grego, Ioannis Peditotis, disse que a Grécia foi o país europeu mais afetado pela crise financeira internacional de 2008 e 2009, cujas consequências perduram. Foi necessário abolir todos os modelos de aposentadorias especiais e diminuir os valores dos benefícios regulares. O desemprego explodiu e até mesmo a emigração aumentou. Porém, disse, a Grécia vem se adaptando aos novos tempos de austeridade fiscal.

A PEC 6/2019 foi defendida por Marcio Bittar (MDB-AC), que conduziu a reunião na CRE. Para o senador, o Brasil precisa corrigir a “profunda desigualdade” que marca o sistema. O presidente da CRE, Nelsinho Trad (PSD-MS), sugeriu ao governo a adoção de modelos sustentáveis de refinanciamento de dívidas da Previdência.

Kajuru entrega a Bolsonaro projeto sobre armas

Jorge Kajuru (PSB-GO) informou ontem que foi recebido pelo presidente Jair Bolsonaro na sexta-feira, quando apresentou seu projeto de lei referente à posse e ao porte de armas. De acordo com o senador, Bolsonaro gostou da proposta e levantou a possibilidade de apoiar o projeto. Na tarde de ontem, porém, o presidente decidiu revogar o seu decreto (Decreto 9.785, de 2019), encaminhar um projeto de lei sobre o assunto e editar três novos decretos sobre posse e porte de armas.

Kajuru parabenizou Bolsonaro por voltar atrás e revogar o decreto original, que já havia sido rejeitado pelo Senado.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Texto compromete luta anticorrupção, afirma Lasier

Lasier Martins (Podemos-RS) disse ontem que o combate à corrupção pode sofrer um golpe hoje, caso seja discutido e votado, pelos senadores, um projeto de lei que trata do abuso de autoridade.

O senador lembrou que o projeto (PLC 27/2017) é originário da iniciativa popular intitulada Dez Medidas contra a Corrupção, que chegou ao Congresso Nacional em 2015.

Só que, como avaliou Lasier, ao ser analisada pela Câmara, a proposta foi desvirtuada e passou a estabelecer, em dois artigos, regras para punir juízes, integrantes do Ministério Público e da polícia, com o objetivo de intimidar autoridades.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim critica desregulação da saúde no trabalho

Paulo Paim (PT-RS) criticou ontem a decisão do governo federal de revisar as normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho, com o intuito de atualizá-las por meio da desregulamentação, simplificação e desburocratização.

Segundo o senador, a medida pode contribuir para o aumento no número de acidentes e mortes no ambiente do trabalho. O Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (Sinait) publicou nota técnica na qual também se manifesta contrário à revisão, disse Paim.

— De 2012 até hoje, foram registrados cerca de 4,8 milhões de acidentes de trabalho no Brasil, o que significa um acidente a cada 49 segundos. São 17.500 mortes causadas por acidentes de trabalho.

Mudança em regras para leilão gera polêmica em colegiado

Aprovado pela Câmara dos Deputados em 2017, o projeto que regulamenta a profissão de leiloeiro público oficial será alterado pelo relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Marcelo Castro (MDB-PI). Ontem, ao final da audiência pública convocada para instruir o parecer, ele disse que vai buscar “o máximo de consenso possível”. No debate, empresas que atuam no setor de leilões, Receita Federal e órgãos públicos criticaram diversos pontos do PLC 175/2017.

Mesmo entre leiloeiros há divergências: alguns defendem o projeto como uma proteção para profissionais que estariam ameaçados pelo avanço de empresas nacionais e multinacionais por falta de regulamentação adequada. A lei que regula o setor é de 1932 (Decreto-Lei 21.981). Outros, contudo, consideram que a atual redação do projeto não avança em relação ao texto assinado pelo então presidente Getúlio Vargas e ainda amarra a competitividade do setor.

Para o relator, uma nova legislação é urgente:

— Vou fazer o relatório, provavelmente um substitutivo. Depois de pronto, vou consultar todas as partes e ver o que podemos negociar, pensando no bem público, na maior eficiência e sem desmerecer o papel do leiloeiro — disse o senador.

Entre as questões controversas previstas pelo projeto, está a restrição da atuação do leiloeiro ao estado no qual ele se matriculou na junta comercial. Não é permitida matrícula em mais de um estado. Nos leilões judiciais e nos da administração pública, os bens serão leiloados por leiloeiro matriculado no estado onde se encontram localizados, no caso de bens imóveis, ou armazenados, no caso de bens móveis.

Para a presidente da Associação Brasileira das Gestoras de Alienação Judicial e Extrajudicial, Fabiana Santello, a restrição por estado inviabiliza o funcionamento de empresas que atuam nacionalmente. Para ela, o projeto pode atrapalhar o alcance, a divulgação e a transparência dos leilões eletrônicos e o princípio da livre concorrência. O presidente da Associação da Leiloeira Oficial Brasileira, Vicente Costa Filho, disse que o texto é um retrocesso porque desconsidera as regras do mercado e traz limitações aos leiloeiros.

O leiloeiro público Dalton Leal afirmou que esses profissionais devem ser olhados não como mercado, mas como um agente indispensável para a sociedade e para o Estado brasileiro que goza de notoriedade pública para efetuar os leilões. Ele disse ver com certa resistência a “modernização exacerbada” dos leilões.

Comissão deve votar hoje medidas contra a corrupção

Está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o projeto de lei de iniciativa popular conhecido como Dez Medidas contra a Corrupção. O PLC 27/2017 prevê também a criminalização do abuso de autoridade cometido por magistrados e membros do Ministério Público. O texto deve ser analisado em Plenário no mesmo dia.

Na semana passada, o projeto chegou a ser incluído na pauta do Plenário, mas lideranças partidárias fecharam acordo para adiar a votação para hoje. A intenção foi construir um consenso sobre o relatório do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que faz algumas alterações no texto que veio da Câmara dos Deputados, onde a proposta original foi amplamente modificada.

O senador retirou dispositivos como o escalonamento

de penas para crimes contra a administração pública, a unificação do prazo de prescrição para atos de improbidade administrativa e alterações sobre o Código de Processo Penal.

Interpretação

O relator também excluiu a possibilidade de existência do crime de hermenêutica (responsabilização pela interpretação considerada equivocada da lei). Conforme a atual versão do relatório, “a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura, por si só, abuso de autoridade”.

Pacheco restaurou um ponto da versão original do texto: a ação civil de extinção de domínio, instrumento que seria usado para reaver bens conquistados de forma ilícita mesmo sem a responsabilização penal dos indivíduos.

Comissão mista aprova parecer preliminar da LDO

De hoje até quinta-feira da próxima semana, deputados e senadores poderão apresentar emendas ao texto e ao Anexo de Metas e Prioridades. Em seguida, o parecer voltará a ser analisado na comissão

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem o parecer preliminar do relator, deputado Cacá Leão (PP-BA), ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020. O presidente da CMO, senador Marcelo Castro (MDB-PI), informou que o prazo para apresentação de emendas será aberto hoje e vai até quinta-feira da próxima semana.

Conforme o parecer aprovado, as emendas devem se referir ao texto original do PLN 5/2019, e ao Anexo de Metas e Prioridades, que não constava inicialmente do projeto, mas já foi incluído pelo relator. Não há limite para emendas ao texto principal. No caso do anexo, as emendas serão limitadas a três por deputado ou senador; a duas por comissão permanente da Câmara, do Senado ou mista; e a três por bancada estadual do Congresso Nacional.

O relator definiu que a aprovação de emenda que venha a incluir programação no Anexo de Prioridades e Metas não afastará a necessidade de inclusão de dotações no Projeto de Lei Orçamentária (LOA) de 2020 e de eventual previsão na proposta do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023. Ambos devem ser enviados pelo Executivo ao Congresso até 31 de agosto.

— Embora só em agosto tenhamos em mãos o projeto do PPA, o qual deverá cumprir papel orientador do planejamento governamental para



Cacá Leão (E) e Marcelo Castro (C) na reunião que aprovou o relatório

o próximo quadriênio, não pode ser subtraído à LDO seu papel constitucional de estabelecer metas e prioridades. Naturalmente, deverá haver compatibilidade entre o anexo da LDO e o futuro PPA.

Inicialmente o relator havia limitado o assunto das emendas ao anexo àquelas ações que constaram dos Orçamentos de 2018 e 2019. No entanto, em uma complementação de voto apresentada à tarde, ele acatou sugestão do deputado Márcio Marinho (PRB-BA) para que possam também ser apresentadas novas ações no rol das iniciativas prioritárias do governo federal.

Ao final do prazo para emendas, a CMO voltará a analisar o projeto. Depois da votação no colegiado, o texto poderá ser apreciado em sessão conjunta da Câmara e do Senado, última etapa da tramitação.

Salário mínimo

A LDO é uma lei de vigência anual que orienta a elaboração da proposta orçamentária e a

execução do Orçamento no ano seguinte. Além da meta fiscal, a norma traz regras sobre as ações prioritárias do governo, sobre transferência de recursos federais para estados, Distrito Federal e municípios, entre outras.

O texto em análise prevê que o salário mínimo será reajustado para R\$ 1.040 em 2020, sem ganho real (acima da inflação). Em relação ao valor atual (R\$ 998), o aumento nominal será de 4,2%, mesma variação prevista para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Para os dois anos seguintes, a proposta sugere que a correção também seguirá apenas a variação do INPC.

Em relação à meta fiscal, o projeto da LDO prevê para 2020 um déficit primário de R\$ 124,1 bilhões para o governo central, que abrange as contas do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central. A meta para este ano é de um déficit de R\$ 139 bilhões.

Da Agência Câmara

Combate a fraudes em aposentadorias terá recursos

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem duas propostas do governo Jair Bolsonaro (PLNs 1/2019 e 2/2019) que alteram leis orçamentárias. Uma delas possibilitará o pagamento de bônus a peritos médicos previsto na Lei 13.846, de 2019 — oriunda da conversão da Medida Provisória 871/2019 —, que altera regras de concessão de benefícios previdenciários e cria programas para coibir fraudes.

O Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 1/2019 altera a atual Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO — Lei 13.707, de 2018) para possibilitar, além do bônus, medidas para renovação da frota de veículos blindados da Presidência da República; para a compensação de recursos disponibilizados a diferentes órgãos do Poder Judiciário; e para que o ministro da Economia, Paulo Guedes, passe a concentrar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários.

O texto foi aprovado na forma de substitutivo do relator na CMO, deputado Filipe Barros (PSL-PR). Ele havia acatado emenda do deputado Guilherme Derrite (PP-SP) que proibia a aquisição de veículos para ex-presidentes que sofreram impeachment ou que, após o mandato, foram condenados por órgão colegiado. Depois de debate, foi aprovado destaque do deputado Bohn Gass (PT-RS) que retirou do texto essa vedação.

Os deputados Dagoberto

Nogueira (PDT-MS) e Aluisio Mendes (Pode-MA) defenderam o destaque. Dagoberto, que é vice-presidente da CMO, afirmou que não se deve politizar as discussões no colegiado, pois há temas mais relevantes para o país. Mendes lembrou ainda que a Lei 7.474, de 1986, determina a disponibilização de veículos, motoristas e assessores para todos os ex-presidentes.

O presidente da CMO, senador Marcelo Castro (MDB-PI), e a líder do governo no Congresso, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), apoiaram a busca de uma solução.

Outras mudanças

O parecer promoveu outras alterações na LDO de 2019. Um dispositivo permite a apresentação de projeto para reajuste salarial destinado a policiais civis e militares e bombeiros do Distrito Federal. Outro autoriza a reforma de residências destinadas à moradia de deputados e senadores, ministros de Estado, ministros do Supremo Tribunal Federal e de tribunais superiores, procurador-geral da República e defensor público-geral federal.

Filipe Barros recomendou a aprovação na íntegra de outro projeto de lei do Congresso (PLN 2/2019) que tramita em paralelo e prevê os recursos para pagamento do bônus de perícia médica, no total de R\$ 223,8 milhões.

As duas propostas serão analisadas ainda pelo Plenário do Congresso.

Da Agência Câmara

Senadores defendem maior transparência na gestão da dívida pública nacional

Falta de transparência, elevadas taxas de juros e alto percentual do débito em relação ao produto interno bruto (PIB), que em abril bateu 78,8%, foram alguns dos problemas da administração da dívida pública debatidos ontem na Comissão de Assunto Econômico (CAE).

Para Vanderlan Cardoso (PP-GO), que propôs o debate, a dívida pública e os juros que o Brasil paga ano a ano devem estar no topo das discussões sobre economia no país, à frente da reforma tributária e da reforma da Previdência.

— A reforma previdenciária é essencial, mas sozinha não resolverá o déficit orçamentário. O Brasil não pode continuar sendo escravo dos juros — disse.

Segundo Alvaro Dias (Podemos-PR), mais grave do que o tamanho do endividamento foi a situação em que ele ocorreu, visto que não houve investimentos, como em outros países.

— De nada adiantarão as outras reformas se não chegarmos a uma equação para uma administração eficiente da nossa gigantesca dívida pública em relação ao PIB — afirmou.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN)



Representante do Banco Central, Rocha fala em debate dirigido por Vanderlan (3º à esq.)

queixou-se dos privilégios dos bancos em detrimento dos investimentos. Também criticou a dificuldade de se auditar a dívida e o fato de a redução da taxa Selic não chegar ao povo.

O representante do Tribunal de Contas da União (TCU), Alessandro Caldeira, informou que a dívida bruta do governo geral saltou de R\$ 1,9 trilhão em 16 anos, passando de R\$ 2,9 trilhões em 2000, para R\$ 4,8 trilhões em 2016, um aumento de 65%. Entre os fatores determinantes, estão os ju-

ros e o comportamento das receitas e despesas no período, que resultam em piora crescente do resultado nominal.

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI), Felipe Salto, lembrou que todos os países têm dívida. A diferença é que os mais desenvolvidos podem captar recursos oferecendo juros mais baixos e garantindo custos e prazos vantajosos. Há de se considerar também, segundo ele, que juros mais baixos dependem da percepção de risco dos agentes

econômicos e das condições de oferta e demanda da economia, explicou.

— Governo atrás de governo tem que espremer o investimento para sustentar o aumento do gasto obrigatório.

A coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, disse que os gastos financeiros — como o pagamento de juros, por exemplo — são os que mais pesam, e não os gastos sociais. Para ela, “a necessidade de pagar os encargos da dívida tem sido usada como justificativa para ações políticas que impedem o funcionamento do Estado”, como privatizações, decisões a favor dos bancos, contingenciamentos drásticos e rigoroso ajuste fiscal.

Subsecretário do Tesouro Nacional, José Franco Medeiros de Moraes disse que informações são divulgadas mensalmente pela internet. Além disso, são feitas auditorias constantes. Ele disse que o objetivo da gestão da dívida pública é “suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do governo federal, ao menor custo no longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco”.

Fim da Lei da Alienação Parental divide debate

Para alguns especialistas, a lei foi feita às pressas e com base em um conceito infundado. Para outros, a norma ajuda a garantir o direito da criança de conviver com pai e mãe

A AUDIÊNCIA PÚBLICA sobre o projeto que revoga a Lei da Alienação Parental (LAP), realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH), foi marcada pela divergência entre debatedores favoráveis e contrários à norma. Enquanto os apoiadores do PLS 498/2018 questionaram os efeitos da lei e o próprio conceito de alienação parental, outros especialistas criticaram a falta de meios para tornar a lei efetiva.

Do ex-senador Magno Malta, o projeto é decorrente dos trabalhos da CPI dos Maus-Tratos, criada no Senado em 2017. Os defensores do projeto da revogação alegam que a LAP desvirtua o propósito protetivo da criança ou adolescente, submetendo-os a abusadores.

A subprocuradora-geral da República Ela Wiecko disse que a LAP foi “feita às pressas e por um grupo de interesse”.

Segundo ela, em nove anos de vigência, a lei não deu respostas à sociedade e se baseia num conceito sem base.

— É um mecanismo que acirra conflitos sob o pretexto de proteger a criança. Acontece que a concepção da síndrome de alienação parental parte de uma lógica patológica e judicializante dos conflitos relacionais — sublinhou.

Para Ela Wiecko, a LAP “instrumentaliza as crianças” e desqualifica a violência do-

méstica contra a mulher.

A advogada Renata Nepomuceno, do Instituto Brasileiro de Direito de Família chamou atenção para direito da criança à convivência com os dois genitores, mesmo em caso da ruptura do vínculo conjugal:

Para ela, a LAP deve ser interpretada em face de toda a legislação de proteção à criança, o que tornaria a declaração de suspensão da autoridade parental um caso extremo.

Do Conselho Nacional dos

Direitos Humanos, Iolete Ribeiro expressou preocupação com a falta de uma definição de síndrome da alienação parental fundamentada em estudos científicos e criticou a aprovação da lei sem a devida discussão com a sociedade. A guarda compartilhada, segundo ela, é suficiente para assegurar o convívio com os dois genitores, enquanto a LAP viola os direitos dos menores.

Em defesa da lei, a advogada Sandra Vilela negou que acu-

sações de abuso gerem a inversão de guarda automática:

— Em raros casos, há falsa acusação de abuso sexual e inversão de guarda. Normalmente o juiz tenta apaziguar a família. Depois da investigação, só há inversão da guarda com outros ingredientes.

Falsas denúncias

Vice-presidente da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica, Tamara Brockhausen disse que sua entidade é contra a revogação da lei e sugeriu um acréscimo à LAP para evitar que falsas denúncias levem à inversão da guarda.

Até a entrada em vigor da LAP, segundo ela, o Judiciário se recusava a acompanhar as mudanças na família brasileira e zelava pelo “lugar mítico e sagrado da mãe”.

— O pai era relegado a uma condição de visitante quinzenal — afirmou.



Paulo Paim (3º à esq.) preside a audiência ao lado da relatora do projeto, Leila Barros, que requereu o debate

Raque de S/A Agência Senado

PEC sobre produtos reciclados poderá ser reapresentada

Em debate ontem sobre descarte de eletrônicos e reciclagem, o presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS), se colocou à disposição para reapresentar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 1/2012, que isentava de impostos produtos feitos a partir de materiais reciclados.

Para o diretor de Inclusão Digital do Ministério da Ciência e Tecnologia, Wilson Wellisch, se os eletroeletrônicos forem tratados como lixo, serão um problema ambiental. Ao contrário, se forem reaproveitados, valeriam ouro.

— Hoje você encontra no lixo três vezes mais ouro do que nas minas. As placas que compõem os componentes eletroeletrônicos de computadores, celulares têm diversos metais nobres, entre eles, ouro, prata, cobre — explicou.

O presidente da Cooperativa de Trabalho de Recolhimento

de Inservíveis Reciclados, do município de Santa Maria (RS), Marcus Vinicius Nunes, observou que o Brasil já possui uma boa lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2010).

Só que, na opinião do dirigente, o país ainda não fiscaliza o cumprimento da lei e nem incentiva a reciclagem. Nunes defendeu a retomada da PEC 1/2012 — hoje arquivada.

— Em vez de comprar um produto virgem que tem imposto, você compra um reciclado que não paga imposto. A logística reversa vai se completar.

Paim se colocou então à disposição para reapresentar a PEC.

— Há dois caminhos: um seria as entidades apresentarem a proposta, ajustando alguma coisa que ela necessitar, ou por um parlamentar, para mim, independente.

Avança inclusão de dados sobre autismo no censo

O projeto que determina a inclusão, nos censos demográficos, de informações específicas sobre pessoas com autismo foi enviado para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PLC 139/2018 constava da pauta do Plenário ontem, mas Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) apresentou um requerimento de audiên-

cia sobre o tema.

Bezerra anunciou que pretende apresentar uma emenda para que a coleta de dados sobre autismo não seja feita por meio de censo, mas sim pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Segundo o senador, essa mudança foi acertada com a autora da proposta, a

deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC).

O projeto, que busca fornecer dados para embasar políticas públicas voltadas às pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos (CDH) em maio, sob relatoria da senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP).

Jovens defendem desenvolvimento sustentável

Os aspectos econômicos não são os únicos que devem ser considerados para o desenvolvimento do Brasil, segundo os jovens que participaram ontem de debate na Comissão de Meio Ambiente (CMA) sobre o futuro do país. A audiência faz parte da campanha Junho Verde.

Para eles, é preciso levar em conta a preservação do meio ambiente e a evolução da sociedade como um todo, especialmente em áreas como educação, cultura, ciência

e tecnologia. Para Charly Sanches, da Rede Juventude Pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade, o país rema “para o contrário disso”.

— Remam para beneficiar alguns e para massacrar outros. Por um crescimento que, de fato, não desenvolve nem mesmo economicamente.

Pedro Henrique Medeiros, delegado da Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, disse que o desenvolvimento depende de uma ação conjunta.

Marcela Miranda, do movimento Jovens Pelo Clima, disse que a atuação da juventude em defesa do meio ambiente preenche uma lacuna deixada pela sociedade.

O presidente da CMA, senador Fabiano Contarato (Rede-ES) elogiou a postura dos participantes do debate.

— É muito bom sentir a preocupação do jovem nesse tema de tamanha importância, que infelizmente está sendo violado pelo próprio poder público.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Ministro: empresa poderá construir e operar ferrovia

Em audiência na Comissão de Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas disse que o governo pretende expandir a malha permitindo às empresas ter as próprias ferrovias, com garantia de perpetuidade

O MINISTRO DA Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, anunciou ontem, em audiência na Comissão de Infraestrutura (CI), que o governo pretende expandir a malha ferroviária do país por meio de parcerias com a iniciativa privada. Além da prorrogação de contratos existentes e da concessão de novos trechos, o Poder Executivo planeja autorizar investidores particulares a construir e operar as próprias ferrovias.

— O investidor vai receber uma autorização para operar. Vai realizar o investimento, tomando o risco de engenharia. Em compensação, ganha a perpetuidade, que faz muita diferença na decisão de investir. Não faz o menor sentido tomar um risco de capital, muito elevado, para depois ter o bem devolvido após um período de reversibilidade. A gente torna o processo dessa forma mais simples, ágil e elimina riscos.

O ministro disse que o Brasil tem “baixa densidade de malha” em relação a outros países de dimensões continentais. São 28 mil quilômetros de ferrovias, oito vezes menos que os 226 mil quilômetros dos Estados Unidos.

Freitas citou o leilão da Ferrovia Norte-Sul como exemplo de experiência de parceria bem-sucedida entre o Estado e a iniciativa privada. Em março, a empresa Rumo venceu a concorrência para explorar o setor com um lance de R\$ 2,7 bilhões. O valor é mais que o dobro do lance mínimo de

R\$ 1,35 bilhão, o que representa um ágio de 100,9%. Segundo ele, a empresa deve investir R\$ 3 bilhões nos primeiros 18 meses de contrato.

— O que a gente pode esperar a partir da assinatura do contrato, em agosto, é o início de operação imediata na direção norte. A ferrovia, que originalmente está vocacionada para commodities, vai atender à carga geral — disse.

No entanto, a senadora Kátia Abreu (PDT-TO) criticou o leilão da Norte-Sul. Para ela, o contrato firmado “está perdido” por limitar o acesso de outras operadoras à malha ferroviária controlada pela Rumo. Kátia Abreu disse que, embora o contrato autorize a exploração da ferrovia por 30 anos, a empresa só fica obrigada a liberar o chamado direito de passagem por cinco anos.

— Em todo o mundo, as pessoas que operam ferrovias são operadoras de ferrovias. Ocasionalmente, têm cargas.

O Brasil tem uma situação inusitada: as duas empresas donas de 90% das ferrovias não são transportadoras. Uma é produtora de minério de ferro e a outra, de açúcar, álcool e madeira. A ferrovia presta serviço ao negócio principal delas. Por isso, o meu desespero em garantir o direito de passagem. Elas não têm interesse em transporte. Tem interesse em transportar barato a carga delas — afirmou.

Para o ministro, o direito de passagem “não é uma dificuldade” e está assegurado nos contratos. Ele citou como exemplo a Estrada de Ferro Carajás, operada pela mineradora Vale, que liga o Pará ao Porto do Itaqui, no Maranhão.

— A linha foi duplicada e opera com capacidade de 240 milhões de toneladas, e a Vale tem usado 199 milhões. São mais de 40 milhões de toneladas excedentes, e o melhor negócio é abrir a linha para ter receita de operação.



Ministro Tarcísio Freitas fala em audiência dirigida por Marcos Rogério



Aumentar investimento em estrutura é uma das metas, diz ministro

Programa de gás natural evita monopólio, afirma governo

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, apresentou ontem as ações do Programa Novo Mercado de Gás às Comissões de Infraestrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional (CDR). Ampliar a concorrência para evitar monopólios regionais no setor está entre os princípios.

Outros objetivos são melhorar o aproveitamento do gás natural do pré-sal e da bacia de Sergipe e Alagoas e promover novas descobertas em terra. O Ministério de Minas e Energia quer ainda ampliar investimentos em infraestrutura de escoamento, processamento, transporte e distribuição. Também espera aumentar a geração termelétrica a gás e integrar o setor de gás com os setores elétrico e industrial.

O ministro destacou que o preço do gás natural no Brasil é um dos mais altos entre os países referência do G20. São apenas 9,4 mil quilômetros de gasodutos para transportar esse gás, que tem somente 13% de participação na matriz energética. A intenção da pasta é aperfeiçoar o sistema com mais acesso às infra-

estruturas essenciais, como os terminais de gás.

O secretário-executivo-adjunto do ministério, Bruno Eustáquio de Carvalho, explicou que a Petrobras domina a oferta de gás às distribuidoras que são controladas por poucos agentes. Entre as recomendações para a empresa, estão a venda de gás por meio de leilões e a disponibilização de informações sobre o acesso às instalações. Está previsto ainda o incentivo à importação de gás boliviano em condições competitivas.

Para o senador Jean Paul Prates (PT-RN), o monopólio nem sempre pode ser considerado prejudicial.

— Quando vejo que o ministro da Economia, Paulo Guedes, ataca monopólios locais de distribuição, fico preocupado com quem investiu em uma concessão que tem que ser exclusiva.

O presidente da CI, Marcos Rogério (DEM-RO), reconheceu a carência de infraestrutura do país no setor de gás.

— Trata-se de um combustível limpo, cujas reservas são abundantes e que com os investimentos certos pode se tornar bem mais acessível.

Gurgacz cobra reasfaltamento de trecho da BR-319

Acir Gurgacz (PDT-RO) cobrou ontem do governo medidas para iniciar a obra de reasfaltamento dos 405 quilômetros do trecho intermediário da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. A obra está parada por falta do licenciamento ambiental. De acordo com o senador, a demora e a falta de concordância entre diversos órgãos do governo em torno da questão, como o Ibama, o Instituto Chico Mendes, o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (Dnit) e a Funai prejudicam a população de Rondônia e do Amazonas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rodrigues alerta para número de imigrantes em RR

Chico Rodrigues (DEM-RR) defendeu ontem a implantação de uma operação para encaminhar os imigrantes venezuelanos que estão em Roraima para outros estados. O senador lembrou que apenas 15% dos migrantes vivem em segurança, com acesso a serviços

— O IBGE anuncia que, até 2050, o estado duplicará sua população de 500 mil para 1 milhão de habitantes. E o pior, esse levantamento já mostra que, ao não ser contida a entrada, sem a devida interiorização, eles deverão, até 2022, ser 79 mil venezuelanos em nossa capital.



Jefferson Rudy/Agência Senado

TCU avalizou repasse à Eletrobras, aponta debate

A medida provisória que autoriza a União a pagar até R\$ 3,5 bilhões à Eletrobras por despesas com termelétricas não inclui valores que não tenham aprovação dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A garantia foi dada ontem pela secretária-executiva do Ministério de Minas e Energia, Marisete Pereira, em audiência pública na comissão mista que analisa a MP 879/2019.

Ela destacou que a MP tem origem no processo de privatização das distribuidoras da Região Norte, iniciado em 2018 e concluído este ano, tendo sido auditado pelo TCU e pela Aneel. Segundo Marisete, a MP reembolsa a Eletrobras pelo combustível usado para geração de

energia antes de os novos concessionários assumirem as empresas.

Assessor da Aneel, André Pimenta explicou que a agência já levantou R\$ 1,5 bilhão para reembolso à Amazonas Energia e R\$ 200 milhões às distribuidoras que atuavam em Rio Branco, Amapá e no interior de Roraima. Ele negou que a MP seja um “cheque em branco”.

Celg

Sub-relator da MP, o deputado José Nelto (Podemos-GO) disse que houve “maracutaia” na privatização da Companhia Energética de Goiás (Celg), com a participação do ministério, do BNDES, do governo Temer e do ex-governador Marconi Perillo.

— Goiás contraiu dívida na Caixa de quase R\$ 6 bilhões

para que a empresa fosse federalizada e em seguida privatizada — afirmou.

O relator, senador Otto Alencar (PSD-BA), explicou que a MP trata exclusivamente da privatização da Amazonas Energia e que venda da Celg foi autorizada pela assembleia legislativa.

Otto defendeu a MP, que, segundo ele, vai legalizar um “encontro de contas” entre a União e a Eletrobras e sanear um problema que teve origem na ineficiência das distribuidoras.

O senador comunicou que abriria mão da relatoria da MP em favor de Angelo Coronel (PSD-BA). O presidente da comissão, deputado Edio Lopes (PL-RR), disse que iria consultar os presidentes da Câmara e do Senado antes de efetuar a troca.

Especialistas pedem rigor na proteção de animais

Convidados de audiência no Senado advertiram que o Brasil lidera lista de países com maior número de animais ameaçados de extinção e pediram soluções práticas para prevenir e resolver a questão



O Brasil é detentor de 20% de todas as espécies de animais do mundo. Ao mesmo tempo, integra o ranking dos países com maior número de espécies ameaçadas de extinção. O alerta foi feito ontem por participantes de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente (CMA). Eles pediram rigor na legislação e nas ações de proteção aos animais.

Os impactos silenciosos diários que esses bichos sofrem, principalmente nas rodovias, foram destacados pela diretora da ViaFauna Consultoria Ambiental, Fernanda Abra. Ela expressou preocupação com o alto número de atropelamentos e mortes das espécies e com os problemas causados pelas barreiras de bloqueio, que impedem os animais de fazer a travessia em busca de alimentos e procriação.

— Precisamos de rodovias mais sustentáveis, inovações tecnológicas e de uma visão integrada de todos os grupos de trabalho que acompanham esse processo. Eu gostaria que todos saíssem daqui certos de que há muitas maneiras para resolvermos esses problemas.

Prevenção

Para o promotor Luís Gustavo Bortoncello, do Ministério Público de Minas Gerais, o sistema jurídico brasileiro deve contar com um trabalho preventivo em favor desses animais, especialmente porque o Brasil lidera o ranking dos países que mais têm espécies ameaçadas de extinção.

— O número de espécies que as próximas gerações não vão conhecer cresce em progressão geométrica. O Estado brasileiro não pode mais ter um papel puramente reativo. Os custos para essas ações não



Presidente da CMA, Contarato vai apresentar projeto sobre o assunto

são nababescos — afirmou.

Falar de direitos dos animais, até pouco tempo, era restrito aos filósofos, lembrou a promotora Monique Mosca Gonçalves, também do MP mineiro. Segundo ela, a sociedade evoluiu a ponto de mudar a interpretação sobre o tema.

Monique defendeu que as disposições em defesa dos bichos sejam aplicadas no âmbito da propriedade e explicou que mais importante do que a nomenclatura é o regime utilizado.

— Hoje os animais são reconhecidos como detentores de dignidade própria, diferente da dignidade da pessoa humana. Mas precisamos encontrar uma forma de compatibilizar essas noções, inclusive flexibilizando algumas regras e com disposições mais claras.

Ela elogiou o PLC 27/2018, em tramitação no Senado, que torna os animais sujeitos a direitos, mas criticou a falta de clareza no texto, dizendo que a lei não pode ser mera “cosmética conceitual”. A especialista citou o PLS 631/2015, comentando que a proposta reconhece a necessidade de proteção dos animais somente no aspecto antropocêntrico (centrado nos humanos).

A reunião da CMA fez parte do Junho Verde, que propõe debates sobre temas ambientais para gerar reflexões e provocar o Senado a assumir

compromissos. O presidente do colegiado, Fabiano Contarato (Rede-ES), garantiu que todas as propostas apresentadas integrarão um projeto de lei a ser apresentado por ele.

Jayme Campos (DEM-MT) comentou que há várias propostas em análise no Congresso sobre o bem-estar animal que sempre esbarram no mérito sobre o abate. Ele questionou até que ponto o uso do termo “abate humanitário” seria apenas “eufemismo para adequação das regras” e alívio de consciências.

Confúcio Moura (MDB-RO) elogiou a audiência pública e disse estar convencido da importância do assunto. Já Randolfe Rodrigues (Rede-AP) destacou sua relatoria ao PLC 27/2018, pedindo contribuições dos palestrantes para terminar seu parecer, a fim de apresentá-lo para apreciação do Plenário quanto antes.

e-Cidadania

Internautas de diversos estados participaram da audiência pública, por meio do Portal e-Cidadania, do Senado. Pedro Medeiros de Oliveira, do Piauí, elogiou a discussão, ressaltando que o tema é “por vezes esquecido pelas autoridades”. Erika Mello, do Rio de Janeiro, defendeu a elaboração e a consideração de estudos sobre a exportação de animais vivos.

Avança projeto de estudante sobre monitoria

As atividades de monitoria no ensino médio deverão ser reguladas por normas dos sistemas de ensino. É o que prevê projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O PLS 170/2018 segue para votação no Plenário do Senado.

A proposta altera a Lei 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O texto foi sugerido por estudantes que participaram em 2017 do Projeto Jovem Senador. Ao final de cada

edição, os “jovens senadores” apresentam sugestões que, caso aprovadas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), passam a tramitar como projetos de lei, como no caso.

Inicialmente a sugestão legislativa apresentada pelos estudantes (SUG 64/2017) estabelecia critérios de seleção de monitores, atividades pertinentes ao cargo, carga horária e salário mínimo dos profissionais. Porém, na análise do texto, Telmário

Mota (Pros-RR) identificou impedimentos legais como a referência ao salário mínimo, que é vedada pela Constituição para qualquer fim.

“Não obstante essas restrições, tendo em vista os méritos da iniciativa, aproveitamos a ideia de fazer a referência à monitoria no ensino médio, mas deixamos que a matéria seja regulamentada no âmbito dos sistemas de ensino”, diz na análise na CDH. Na CE, a proposta foi relatada por Paulo Paim (PT-RS).

Comissão aprova regras para profissionais da educação básica

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto que estabelece regras gerais para valorização dos profissionais da educação básica pública. O PLC 88/2018 segue agora para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O texto prevê plano de carreira, formação continuada e melhores condições de trabalho para professores, diretores, inspetores e técnicos escolares. A jornada de trabalho será de até 40 horas semanais. Professores em sala de aula terão parte dessa jornada reservada a estudos, planejamento e avaliação, de acordo com a proposta pedagógica. Já o período mínimo de experiência docente para que o profissional possa exercer outras funções de magistério será de dois anos.

“É inegável que valorizar os profissionais da educação é condição fundamental para a melhoria da qualidade da

escola pública. Assim, essas diretrizes de valorização constituem não somente direito dos profissionais, mas também dos estudantes e da sociedade em geral, que clamam por uma educação pública de qualidade”, afirma o senador Nelsinho Trad (PSD-MS) no relatório.

Segundo o texto aprovado, profissionais da educação escolar básica pública são aqueles elencados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 1996).



Para Nelsinho Trad, texto ajuda a garantir qualidade na educação

Programa que aproxima senador de escolas públicas vai a Plenário

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o projeto de resolução que cria o Programa Senado Educador. Segundo o texto, senadores poderão adotar simbolicamente uma ou mais escolas públicas de educação básica, durante seus mandatos, participando de atividades cívicas e educativas com alunos e professores.

De Confúcio Moura (MDB-RO), o PRS 21/2019 foi aprovado com voto favorável do relator, Styvenson Valentim (Podemos-RN), para quem

a iniciativa vai aproximar os parlamentares com a realidade vivida nas escolas. O projeto ainda terá de passar pelo Plenário do Senado.

A comissão também confirmou, em turno suplementar, o PL 684/2019, que confere a Santa Catarina o título de Polo Náutico do Brasil. O autor da proposta é Jorginho Mello (PL-SC) e o relator, Dário Berger (MDB-SC). O texto segue para análise da Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação no Plenário do Senado.

Para Bittar, Fundo Amazônia impede desenvolvimento

Marcio Bittar (MDB-AC) disse ontem que o Fundo Amazônia foi criado para impedir o desenvolvimento da Amazônia brasileira. Ele considera a iniciativa, bancada pela Noruega e da Alemanha, um escândalo e pediu uma profunda investigação.

O senador acusou tanto noruegueses quanto alemães de tentarem determinar o que o Brasil pode e não pode fazer na Amazônia. Enquanto isso, avalia Bittar, ambos os países exploram, sem problemas, os recursos naturais próprios.

— A Noruega vive, pasmem, de petróleo e gás, de extração de combustíveis fósseis. No PIB da Noruega, os combustíveis fósseis respondem por 51%.

Falta soro antiofídico em Rondônia, denuncia Confúcio

Confúcio Moura (MDB-RO) informou ontem sobre denúncia recebida por vereadores de Rondônia, que alertaram para a escassez do soro antiofídico para atender trabalhadores rurais que forem picados por cobras. Ele disse que, com a crise econômica de estados maiores, institutos que produziam o soro foram fechados ou diminuíram a produção.

Confúcio explicou que o soro não pode ser importado. Segundo ele, Rondônia recebia cerca de 1,2 mil a 1,5 mil doses de soro antiofídico e outros diferentes e agora recebe apenas 100 doses.



Jefferson Rudy/Agência Senado